

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		39.204.200	31.523.148	Circulante		30.074.417	25.268.729
Disponibilidades		70.348	272.898	Depósitos	15a	2.179.635	3.591.011
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.538.584	16.080.023	Depósitos à vista		222.593	127.027
Aplicações no mercado aberto		16.230.026	15.026.563	Depósitos a prazo		1.957.042	3.463.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros		112.493	123.265	Captações no mercado aberto	15b	5.063.964	4.930.785
Aplicações em moeda estrangeira		1.196.065	930.195	Carteira própria		1.480.695	1.081.174
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	11.826.757	9.159.701	Carteira de terceiros		2.908.465	3.715.190
Carteira própria		4.539.225	2.683.830	Carteira livre movimentação		645.457	98.989
Vinculados a compromissos de recompra		1.491.115	1.084.689	Captação COE		29.347	35.432
Vinculados à prestação de garantias		3.574.862	3.798.141	Relações interfinanceiras		5.690	7.157
Instrumentos financeiros derivativos		2.221.555	1.593.041	Recebimentos e pagamentos a liquidar		5.690	7.157
Relações interfinanceiras e interdependências		106.014	12.268	Relações interdependências		94.294	126.684
Depósitos no Banco Central		105.176	12.249	Recursos em trânsito de terceiros		94.294	126.684
Outros		838	19	Obrigações por empréstimos	16	9.890.561	8.310.206
Operações de crédito	9	585.204	588.648	Empréstimos no exterior	8	2.879.329	1.965.947
Empréstimo de ações		106.527	146.053	Instrumentos financeiros derivativos		2.879.329	1.965.947
Setor privado		479.922	443.509	Outras obrigações		9.960.944	6.336.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.245)	(914)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.831	1.278
Outros créditos		9.073.329	5.404.657	Carteira de câmbio	11	6.979.395	3.823.048
Carteira de câmbio	11	7.536.363	4.185.254	Sociais e estatutárias		11.742	11.225
Rendas a receber		36.118	16.721	Fiscais e previdenciárias	12b	75.430	189.846
Negociação e intermediação de valores	10	1.183.215	851.965	Diversas	12c	313.265	230.554
Diversos	12a	318.575	353.352	Exigível a longo prazo		8.124.469	4.150.663
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(942)	(2.635)	Depósitos	15a	4.234.012	2.084.422
Outros valores e bens		3.964	4.953	Depósitos interfinanceiros		10.757	-
Despesas antecipadas		3.964	4.953	Depósitos a prazo		4.223.259	2.084.422
Realizável a longo prazo		3.720.247	2.509.397	Captações no mercado aberto	15b	128.611	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	2.183.178	1.087.445	Captação COE		128.611	-
Vinculados à prestação de garantias		-	161.062	Instrumentos financeiros derivativos	8	3.008.393	1.320.298
Instrumentos financeiros derivativos		2.183.178	926.383	Instrumentos financeiros derivativos		3.008.393	1.320.298
Operações de crédito	9	670.275	267.018	Outras obrigações		753.453	745.943
Setor privado		672.766	268.414	Sociais e estatutárias		-	1.651
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.491)	(1.396)	Fiscais e previdenciárias	12b	445.769	442.951
Outros créditos		866.794	1.154.934	Diversas	12c	307.684	301.341
Rendas a receber		-	312	Resultados de exercícios futuros		1.357	1.513
Diversos	12a	876.559	1.162.803	Patrimônio líquido	19	4.833.448	4.723.055
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(9.765)	(8.181)	Capital social		2.453.981	2.453.981
Permanente		109.244	111.415	De domiciliados no país		8.670	8.670
Investimentos		2.211	2.211	De domiciliados no exterior		2.445.311	2.445.311
Outros investimentos		2.211	2.211	Reservas de capital		37.624	30.759
Imobilizado de uso	13	101.306	103.477	Reservas de lucros		1.762.138	1.694.294
Imóveis de uso		52.611	52.461	Lucros acumulados		183.432	159.092
Outras imobilizações de uso		126.535	122.610	Ajustes de avaliação patrimonial		-	3.313
Depreciações acumuladas		(77.840)	(71.594)	Ativos em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Intangível	14	5.727	5.727	Participação de não controladores		401.213	386.556
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727	Total do passivo e patrimônio líquido		43.033.691	34.143.960
Total do ativo		43.033.691	34.143.960				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária						
Em 31 de dezembro de 2016	2.453.981	24.939	5.013	186.407	1.507.887	1.620	-	(4.940)	4.174.907	376.073	4.550.980
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.693	-	-	1.693	-	1.693
Atualização de reservas de capital	-	-	807	-	-	-	-	807	-	-	807
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	159.092	-	159.092	10.483	169.575
Em 30 de junho de 2017	2.453.981	24.939	5.820	186.407	1.507.887	3.313	159.092	(4.940)	4.336.499	386.556	4.723.055
Em 31 de dezembro de 2017	2.453.981	24.939	12.685	199.262	1.562.876	2.686	-	(4.940)	4.251.489	393.732	4.645.221
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(2.686)	-	-	(2.686)	-	(2.686)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	183.432	-	183.432	7.481	190.913
Em 30 de junho de 2018	2.453.981	24.939	12.685	199.262	1.562.876	-	183.432	(4.940)	4.432.235	401.213	4.833.448

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Estas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil ("BACEN") divulgado através da Resolução nº 4.280, de outubro de 2013. As operações das entidades do Conglomerado são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A., líder desse Conglomerado, denominado JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial, foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 22 de agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

(a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial do JP Morgan Chase foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14, do CMN e atendem os propósitos específicos das referidas regulamentações. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos

(c) Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido - Para fins de classificação de patrimônio líquido, o saldo da JP Morgan Chase Bank, National Association é classificado como participação de não controladores na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

	Banco J.P. Morgan S.A.	JP Morgan Chase Bank, National Association	Eliminação	Total	Reclassificação	Conglomerado Prudencial
Patrimônio líquido	4.471.423	401.213	(39.188)	4.833.448	-	4.833.448
Capital social	2.453.981	258.218	-	2.712.199	(258.218)	2.453.981
Reservas de capital	37.624	18.617	-	56.241	(18.617)	37.624
Reservas de lucros	1.801.703	116.897	(39.565)	1.879.035	(116.897)	1.762.138
Lucros acumulados	183.055	7.481	377	190.913	(7.481)	183.432
Ações em tesouraria	(4.940)	-	-	(4.940)	-	(4.940)
Participação de não controladores	-	-	-	-	401.213	401.213
Lucro líquido do semestre	183.055	7.481	377	190.913	-	190.913

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedges*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos de públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.
- Ações: adoção de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
- Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável.
- Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3.
- Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apuração previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.
- CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Conglomerado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nºs 2.682 e 4.512 do CMN.

(d) Permanente - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao

ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. O JP Morgan Chase elabora suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as disponibiliza no seu site (<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/infogreg/demonstracoescontabeis>).

(b) Consolidação - Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução CMN nº 4.280/13, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país ou exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto. O Conglomerado Prudencial é composto pelas empresas do Conglomerado Financeiro; Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") e suas controladas J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., o JPMorgan Chase Bank, National Association e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento ("Atacama") no qual o Banco é cotista exclusivo. Cabe destacar que a JPMorgan Chase Bank, National Association não é investida direta ou indireta do Banco. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Para efeito de consolidação os títulos e aplicações pertencentes à carteira do fundo Atacama estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, do CMN tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534, de 24 de novembro de 2016, do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios contidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificadas como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabeleceu a Lei nº 13.169/15.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - São demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		2.739.643	1.559.982
Operações de crédito		54.399	111.085
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.516.641	1.340.434
Resultado de operações de câmbio		215.286	34.046
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	945.303	74.417
Resultado de aplicações compulsórias		8.014	-
Despesas da intermediação financeira		(2.239.378)	(1.033.624)
Operações de captações no mercado		(469.851)	(560.311)
Operações de empréstimos e repasses		(1.766.006)	(473.791)
(Provisão)/Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(3.521)	478
Resultado bruto da intermediação financeira		500.265	526.358
Outras receitas (despesas) operacionais		(198.737)	(259.520)
Receita de prestação de serviços	22f	323.055	194.382
Despesas de pessoal		(372.587)	(317.822)
Outras despesas administrativas	22c	(103.755)	(96.132)
Despesas tributárias		(39.922)	(65.098)
Outras receitas operacionais	22d	18.254	53.020
Outras despesas operacionais	22d	(23.782)	(27.870)
Resultado operacional		301.528	266.838
Resultado não operacional		7	(509)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		301.535	266.329
Imposto de renda e contribuição social	18	(100.487)	(86.214)
Provisão para imposto de renda		(28.813)	(100.979)
Provisão para contribuição social		(23.032)	(81.460)
Ativo fiscal diferido		(48.642)	96.225
Participações no lucro	22e	(10.135)	(10.540)
Lucro líquido do semestre			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Gerenciamento de capital - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação prospectiva da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 70.348 (2017 - R\$ 272.898) aplicações no mercado aberto com prazo inferior a 90 dias no montante de R\$ 15.979.527 (2017 - R\$ 14.521.847) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	16.230.026	15.026.563
Posição bancada	12.684.544	11.210.863
Posição financiada	2.908.465	3.715.190
Posição vendida	637.017	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.493	123.265
Aplicações em moeda estrangeira	1.196.065	930.195
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>17.538.584</u>	<u>16.080.023</u>

7. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
			em 2018	em 2017
Títulos para negociação	9.608.138	(2.936)	9.605.202	7.566.660
Carteira própria	4.539.514	(289)	4.539.225	2.683.830
LFT	30.865	(51)	30.814	287.333
LTN	3.935.437	(654)	3.934.783	1.338.722
NTN-B	69.495	245	69.740	445.038
NTN-C	331	185	516	134
NTN-F	396.969	2.103	399.072	365.630
Notas promissórias	-	-	-	137.539
Cotas de fundos de investimentos	3.052	-	3.052	3.121
Ações	103.365	(2.117)	101.248	106.313
Vinculados a compromissos de recompra	1.490.780	335	1.491.115	1.084.689
LFT	60.099	(6)	60.093	-
LTN	730.199	8	730.207	1.084.689
NTN-B	170.972	178	171.150	-
NTN-F	529.510	155	529.665	-
Vinculados a prestação de garantias	3.577.844	(2.982)	3.574.862	3.798.141
LFT	607.058	(5)	607.053	1.592.602
LTN	833.411	1.977	835.388	2.026.613
NTN-B	-	-	-	4.138
NTN-C	2.816	349	3.165	3.368
NTN-F	1.924.785	4.426	1.929.211	154.190
Cotas de fundos de investimentos	45.858	-	45.858	-
Ações	163.916	(9.729)	154.187	17.230
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	161.062
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	161.062
LTN	-	-	-	161.062
Total da carteira de TVM	9.608.138	(2.936)	9.605.202	7.727.722

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Vinculados a prestação de garantias	200.045	-	1.406.747	1.265.541	702.529	3.574.862
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	833.012	529.665	128.438	1.491.115
Total da carteira - 2018	304.345	3.828.652	2.471.842	1.847.483	1.152.880	9.605.202
Total da carteira - 2017	30.602	1.550.982	3.720.558	1.190.250	1.235.330	7.727.722

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			2018	2017
Operações de swaps	742.745	2.337.538	33.190.386	36.530.408
Taxa de juros	93.303	58.261	1.830.212	6.494.911
Moeda	322.444	1.103.600	15.860.928	18.814.681
Outros	344.709	1.175.677	15.499.246	11.250.816
Ajustes prudenciais ¹	(17.711)	-	-	-
Operações com opções	1.437.434	1.451.446	26.860.949	25.224.346
Compra de opção:	1.437.434	1.451.446	13.611.590	13.611.590
Compra de dólar	1.216.690	-	7.489.283	3.873.712
Compra de índice de ações	22.027	-	731.957	3.389.736
Compra de ação	58.234	-	1.280.869	1.739.020
Venda de dólar	23.056	-	3.393.259	2.208.161
Venda de índice de ações	72.500	-	157.558	1.193.371
Venda de ação	47.416	-	558.664	762.925
Ajustes prudenciais ¹	(2.489)	-	-	-
Venda de opção:	-	1.451.446	13.249.359	12.057.421
Compra de dólar	-	1.118.495	6.201.678	3.844.841
Compra de índice de ações	-	72.543	750.226	1.650.576
Compra de ação	-	58.051	1.127.473	629.658
Venda de dólar	-	50.498	4.579.162	2.236.106
Venda de índice de ações	-	98.110	16.573	2.533.525
Venda de ação	-	53.749	574.247	1.162.715
Operações com futuros	132.418	30.346	73.474.763	90.260.738
Posição comprada	131.474	624	36.182.480	36.827.888
Cupom cambial - DDI	49.302	-	9.762.416	7.535.138
DI de 1 dia	17.769	46	17.711.152	26.263.720
Moedas	56.538	-	6.321.627	2.338.840
Cupom IPCA	498	578	1.541.745	626.130
Índice de ação	7.367	-	845.540	64.060
Posição vendida	944	29.722	37.292.283	53.432.850
Cupom cambial - DDI	-	5.594	1.545.448	2.383.326
DI de 1 dia	201	23.453	35.181.057	49.980.886
Moedas	720	193	39.927	38.284
Cupom IPCA	23	200	510.216	-
Índice de ação	-	282	15.635	1.030.354
Operações a termo	918.090	918.280	917.970	911.940
Posição comprada - títulos	460.532	460.412	460.412	457.122
Posição vendida - títulos	457.558	457.868	457.558	454.818
Outros derivativos	1.306.464	1.180.458	27.249.331	23.793.466
Moedas	1.306.052	1.155.827	27.031.468	23.355.368
Outros Derivativos	-	23.143	163.477	438.098
Ajustes prudenciais ¹	(1.092)	-	-	-

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo e opções estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

¹ Ajustes prudenciais: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
			2018	2017
Ativo	3.883.544	521.189	4.404.733	2.519.424
Operações de swaps	811.322	(68.577)	742.745	781.209
Operações a termo	917.970	120	918.090	912.161
Prêmio de opções	1.001.041	436.393	1.437.434	361.378
Outros derivativos	1.153.211	153.253	1.306.464	464.676
Passivo	5.516.238	371.484	5.887.722	3.286.245
Operações de swaps	2.526.373	(188.835)	2.337.538	1.211.388
Operações a termo	917.970	310	918.280	912.101
Prêmio de opções	1.020.349	431.097	1.451.446	367.331
Outros derivativos	1.051.546	128.912	1.180.458	795.425

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Operações com opções - comprada	2.499.804	4.829.608	3.479.289	2.802.889	13.611.590	13.166.925
Operações com opções - vendida	2.401.568	4.695.634	3.349.268	2.802.889	13.249.359	12.057.421
Operações de futuros - comprada	8.381.332	14.465.892	7.968.189	5.367.067	36.182.480	36.827.888
Operações de futuros - vendida	12.712.152	13.981.039	7.036.521	3.562.571	37.292.283	53.432.850
Operações a termo - comprada	-	308.822	17.288	134.302	460.412	457.122
Operações a termo - vendida	-	313.741	24.529	119.288	457.558	454.818
Outros derivativos	9.864.704	6.855.725	8.182.932	2.345.970	27.249.331	23.793.466

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip)	Total 2018	Total 2017
	Operações de swaps	6.263.859	26.926.527	33.190.386
Operações com opções - comprada	1.791.502	11.820.088	13.611.590	13.166.925
Operações com opções - vendida	1.534.285	11.715.074	13.249.359	12.057.421
Operações de futuros - comprada	36.182.480	-	36.182.480	36.827.888
Operações de futuros - vendida	37.292.283	-	37.292.283	53.432.850
Operações a termo - comprada	-	460.412	460.412	457.122
Operações a termo - vendida	-	457.558	457.558	454.818
Outros derivativos	-	27.249.331	27.249.331	23.793.466

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2018	Total 2017
	Operações de swap	-	17.902.422	1.871.782	7.152.324	6.263.858	33.190.386
Operações de opções	359.949	12.637.751	3.759.107	6.990.661	3.113.481	26.860.949	25.224.346
Operações de futuros	-	-	-	-	73.474.763	73.474.763	90.260.738
Operações de termo	-	431.169	74.812	411.989	-	917.970	911.940
Outros derivativos	25.373	21.356.784	66.003	5.801.171	-	27.249.331	23.793.466

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2018	Resultado líquido 2017
	Operações de swaps	(569

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017
Operações compromissadas carteira própria	1.480.695	-	-	1.480.695	1.081.174
Operações compromissadas carteira de terceiros	2.908.465	-	-	2.908.465	3.715.190
Operações compromissadas carteira livre movimentação	645.457	-	-	645.457	98.989
Captação COE	2.961	26.386	128.611	157.958	35.432
Total	5.037.578	26.386	128.611	5.192.575	4.930.785

16. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 9.890.561 (2017 – R\$ 8.310.206) com vencimentos entre julho de 2018 e abril de 2019 e taxas de juros que variam de 1,1% até 2,56% ao ano. Em junho de 2017, as operações possuíam vencimento até fevereiro de 2018 e taxas de juros entre 0,474% e 1,06% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2018, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma redução líquida de R\$ 15.328 (2017 – aumento líquido de R\$ 1.957).

17. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	727.566	873.965	445.611	442.951
Cíveis	21.656	21.596	104.433	121.426
Trabalhistas	13.298	19.846	40.799	41.225
Total	762.520	915.407	590.843	605.602

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total	
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total 2018	Total 2017	Total 2017
Saldo inicial	100.154	39.894	492.279	632.327	586.301	586.301
Despesas financeiras – juros	4.279	1.202	6.398	11.879	18.320	18.320
Reversões	-	(768)	(919)	(1.687)	(940)	(940)
Constituições	-	2.490	-	2.490	5.932	5.932
Anistia	-	-	(22.282)	(22.282)	-	-
Pagamentos	-	(2.019)	(29.865)	(31.884)	(4.011)	(4.011)
Saldo Final	104.433	40.799	445.611	590.843	605.602	605.602

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - O Conglomerado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras (iv) PIS com base nas Ecs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, o Conglomerado revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia em outubro de 2014 a R\$ 1.329.917, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguardam-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - O Conglomerado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 172.812); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 76.220 (2017 – R\$ 117.174); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 24.018 (2017 – R\$ 23.122); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 39.559 (2017 – R\$ 34.052); (v) outros casos que totalizam R\$ 30.443 (2017 – R\$ 48.808).

(e) Ações trabalhistas - Referem-se a ações trabalhistas contra o Conglomerado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 172.755 (2017 – R\$ 135.767).

(f) Ações cíveis - O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 551 (2017 – R\$ 1.552).

18. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias	357.420	372.482
Contingências	51.961	56.646
Provisão para devedores duvidosos	9.302	8.783
Provisão para honorários advocatícios	7.017	6.531
Provisão para pagamentos a funcionários	39.243	37.893
Marcação a mercado – TVM e derivativos	35.136	206.200
Unidade de ações restritas - RSU	59.459	52.649
Outros	5.398	3.780
Prejuízos fiscais e base negativa	149.904	-
Total de créditos tributários – ativo	357.420	372.482
Total de créditos tributários – passivo	(428)	(2.209)

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 39.110 (2017 – R\$ 181.207) sobre diferenças temporárias e R\$ 149.904 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Foi realizado R\$ 237.264 (2017 – R\$ 85.987) sobre diferenças temporárias. Para o IR diferido passivo, foi constituído o valor de R\$ 392. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 357.420 é estimada em 59% no 1º ano, 9% do 2º ao 3º ano, 5% no 4º ano, 2% do 5º ao 7º ano, 3% do 8º ao 9º ano e 6% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 288.328 (2017 – R\$ 264.540). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 41.657 (2017 – R\$ 55.799). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzida a participação nos lucros	291.400	255.789
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(131.130)	(115.105)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.916)	(1.400)
Compensação ativo fiscal diferido	-	50.224
Efeito CSLL 5%	21.394	(22.251)
Outros	12.165	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	30.643	28.891
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre	(100.487)	(86.214)

19. Patrimônio líquido: O capital social do Banco está dividido em 5.661 (2017 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017 – 5.470) ordinárias e 191 (2017 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. O capital social do JPMorgan Chase Bank, National Association representa os investimentos da matriz, acréscidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Conglomerado, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

20. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. Todas as entidades apresentadas abaixo são empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moeda estrangeira	61.627	-	272.695	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	13.760	-	268.025	-
JP Morgan Chase Bank China CO LTD	-	-	1	-
JPMorgan Chase Bank London – GMI	47.867	-	4.669	-
Aplicação em moeda estrangeira	1.196.065	23.582	930.195	4.533
JPMorgan Chase Bank, National Association	1.196.065	23.582	930.195	4.533
Instrumentos financeiros derivativos	46.339	(63.595)	(152.447)	36.220
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(424.946)	-	-	-
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	471.285	(63.595)	(152.447)	36.220

	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Serviços prestados a receber	30.130	129.794	10.841	70.956
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda	105	629	123	629
JPMorgan Chase Bank, National Association	15.656	28.271	2.475	16.081
J.P. Morgan Securities LLC	4.643	40.722	605	11.117
JPMorgan Asset Management (Europe)	122	900	218	732
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	74	412	82	385
Lawton Multimercado	3.839	22.798	3.123	18.371
J.P. Morgan (SUISSE) S.A.	14	14	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	4.609	28.453	4.128	23.554
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	6.538	87	87
JPMCB NY Branches	1.068	1.057	-	-
Outros valores a receber/ (a pagar)	(1.823)	(4.646)	-	-
J.P. Morgan Securities LLC	88	132	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	2.853	98	-	-
JPMorgan Corp. Financeira	-	(127)	-	-
JPMC Holdings LLC	-	-	-	-
JPMCB NY Branches	(4.764)	(4.749)	-	-
Depósitos à Vista	(96.844)	-	(1.163)	-
HCM Participacoes Brasil Ltda	(93.428)	-	(133)	-
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(986)	-	(268)	-
Gaborone Participações Ltda	(320)	-	(62)	-
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda.	(461)	-	(76)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(525)	-	(165)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	(508)	-	(222)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(134)	-	(90)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(152)	-	(9)	-
OEP Brasil Ltda.	(262)	-	(11)	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(67)	-	(37)	-
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(1)	-	(90)	-
Depósitos a Prazo	(1.462.697)	(67.621)	(1.427.300)	(24.298)
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda	(22.523)	(695)	(22.597)	(1.175)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda	(31.804)	(1.222)	(21.531)	(1.195)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(1.400.459)	(62.744)	(1.304.577)	(18.220)
OEP Brasil Ltda.	(2.501)	(79)	(2.734)	(142)
HCM Participações Brasil Ltda.	(3.224)	(2.810)	(73.476)	(3.422)
Gaborone Participações Ltda.	(2.186)	(71)	(2.385)	(124)
Obrigações por operações compromissadas	(4.379.161)	(114.960)	(4.796.364)	(210.256)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(4.379.161)	(114.960)	(4.796.364)	(210.256)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(9.890.561)	(81.223)	(8.303.130)	(39.673)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(9.890.561)	(81.223)	(8.303.130)	(39.673)
Negociação e intermediação de valores	(629.174)	3.218	(73)	3.580
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(443)	3.218	(73)	3.433
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(628.421)	-	-	-
J.P. Morgan Securities LLC	(310)	-	-	-
J.P. Morgan Whitefriars Inc. - London Branch	-	-	-	147
Despesa de pessoal	(149.991)	(28.490)	(148.005)	(21.940)
JPMorgan Chase & CO.	(149.991)	(28.490)	(148.005)	(21.940)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no semestre com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos	11.997	13.438
Participação nos lucros e gratificações	27.086	32.385
Encargos sobre gratificações	9.223	11.875
Planos de aposentadoria e pensão	714	774
Outros benefícios	706	641

21. Benefícios
(a) Fundo de pensão

O Conglomerado é patrocinador da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. O Conglomerado registrou despesas de R\$ 9.623 (2017 – R\$ 9.144) relacionadas a contribuições para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2018	
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2017	539.665	35.803
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	118.566	13.296
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(240.182)	(14.100)
Transferência de funcionários	(9.214)	(798)
Ações em circulação em 30/06/2018	408.835	34.201

	2017	
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2016	741.897	41.498
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	171.032	14.369
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(334.281)	(18.552)
Transferência/saída de funcionários	2.845	163
Ações em circulação em 30/06/2017	581.493	37.478

Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2018 e 2017.

O valor do passivo em 30 de junho de 2018, incluindo encargos sociais, é de R\$ 195.736 (2017 – R\$ 189.624). Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 43.749 (2017 – R\$ 37.881), incluindo os encargos sociais.

22. Outras informações

(a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 19.768.585 (2017 – R\$ 34.315.900).

(b) Os montantes de fianças e outras garantias prestadas a clientes e as respectivas provisões para perdas estão apresentados no quadro abaixo:

	2018		2017	
	Valor garantido	Provisão	Valor garantido	Provisão
F				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. (“JP Morgan Chase - Conglomerado Prudencial” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e Nota 3 - “Principais práticas contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis”, que divulga que:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais para fins gerais

O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de agosto de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3